



De: Nao Responda <no-reply@interlegis.leg.br>
Enviado em: segunda-feira, 19 de junho de 2023 12:26
Para: Secretaria
Assunto: Consulta Pública PLC 4.018/2023

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)



PROTOCOLO GERAL 750/2023
Data: 19/06/2023 - Horário: 16:35
Administrativo

Nome (Opcional)
Telefone (Opcional)
Seu endereço de e-mail (Opcional)
Órgão/Entidade (opcional):
Questionamentos, críticas e sugestões:

A poluição sonora, conhecida tecnicamente como poluição acústica, é uma forma menos óbvia, mas não menos perigosa, de poluição ambiental. De acordo com a Lei Federal Nº 6.938/81, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, a poluição sonora é considerada uma forma de degradação da qualidade ambiental, impactando diretamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

No estado de Minas Gerais, a Lei Estadual Nº 7.772/80 estabelece medidas para controle e fiscalização da poluição sonora. Essa lei e o Plano Diretor de Ponte Nova estipulam limites rígidos para decibéis (dB) em áreas residenciais, uma obrigação que os empreendedores do entretenimento noturno devem respeitar.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que o nível de ruído em áreas residenciais não ultrapasse 55 decibéis durante o dia e 45 decibéis à noite. Esses limites são definidos com base em pesquisas que demonstram os efeitos prejudiciais à saúde da exposição continuada a níveis de ruído elevados.

Vários estudos científicos reforçam a ligação entre a poluição sonora e problemas de saúde. Segundo a OMS, a exposição a níveis altos de ruído pode causar distúrbios do sono, estresse, ansiedade, hipertensão, doenças cardíacas e até mesmo problemas de saúde mental como depressão.

Em particular, um estudo publicado no "British Medical Bulletin" em 2020 destaca a ligação entre a poluição sonora e a depressão. De acordo com a pesquisa, indivíduos expostos a altos níveis de ruído ambiental têm 33% mais probabilidade de desenvolver depressão do que aqueles que vivem em ambientes mais silenciosos.

Além disso, uma pesquisa do "Journal of Clinical Sleep Medicine" de 2019 sugere que a exposição contínua ao ruído durante a noite pode interromper os padrões de sono, levando à insônia e, eventualmente, a problemas de saúde mais graves como doenças cardiovasculares e até mesmo obesidade.

Neste cenário, dirijo-me diretamente aos vereadores da Câmara de Ponte Nova, como a vereadora Suelen, que mencionou ter sido procurada por empreendedores do setor de entretenimento. Vocês representam aproximadamente 60 mil habitantes, cidadãos que confiaram a vocês a responsabilidade de zelar por seus direitos e interesses. Portanto, é imprescindível considerar o impacto significativo da poluição sonora na qualidade de vida desses cidadãos.

É importante salientar que, nas áreas residenciais, a legislação deve ser ainda mais rígida com quem desrespeitar os limites sonoros. O Plano Diretor de Ponte Nova, alinhado às recomendações da Organização Mundial de Saúde, estabelece limites estritos de decibéis para assegurar o sossego dos moradores dessas áreas.

Os empreendedores do entretenimento noturno têm a responsabilidade de assegurar que suas atividades não prejudiquem a comunidade ao redor. Isso inclui a adoção de medidas de controle de ruído, como o uso de isolamento acústico em suas instalações, a limitação do volume da música e a restrição de atividades ruidosas a horários específicos. Além disso, a conscientização dos funcionários e clientes sobre a

importância do controle de ruído pode desempenhar um papel crucial na prevenção da poluição sonora.

Por isso, é importante reiterar que cumprir estas regulamentações não é apenas uma questão legal, mas também uma questão de saúde pública. Portanto, é essencial que todos, especialmente os empreendedores do entretenimento noturno, assumam a responsabilidade de controlar e reduzir a poluição sonora em Ponte Nova para proteger a saúde e o bem-estar dos seus cidadãos. Aqueles que não estiverem dispostos ou não tiverem condições de fazer os investimentos necessários em controle de ruído, talvez seja a hora de reconsiderar a sua participação neste setor.

Por fim, solicito aos vereadores que não flexibilizem os regramentos constantes na lei posta em consulta pública.